

Mapa da Violência 2013¹

O *Mapa da Violência* é uma série de estudos realizados pela UNESCO, por meio do CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos) e pela FLACSO Brasil (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais), sob responsabilidade geral do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz. Os levantamentos contêm análises das mortes ocorridas e das especificidades das regiões do Brasil a fim de explicar os níveis verificados, assim como sua relação com as causas das mortes e seus alvos.

A crescente atenção que o tema da violência tem recebido no país despertou a necessidade de um estudo aprofundado em relação à criminalidade e ao uso de armas de fogo nos municípios brasileiros, tomado como base as certidões de óbito que fornecem dados de idade, sexo, estado civil, profissão, naturalidade, local de residência e, principalmente, causa da morte. A décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), proposta e sistematizada pela OMS traz o aspecto que interessa para o estudo no que diz respeito a mortes causadas por arma de fogo. “Trata-se de todos aqueles óbitos acidentais, por agressão intencional de terceiros (homicídios), autoprovocadas intencionalmente (suicídios) ou de intencionalidade desconhecida, cuja característica comum foi a morte causada por uma arma de fogo” (Mapa da Violência. 2013, p. 7).

Como mostram os dados do estudo, entre 1980 e 2010 mais de 800 mil pessoas morreram por causas diversas consequentes do uso de AF, sendo que nesse período as vítimas passam de 8.710 no ano de 1980 e 38.892 em 2010,

¹ http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf

registrando-se crescimento de 346,5%. Entre os jovens de 15 a 29 anos passou de 4.415 óbitos em 1980 para 22.694 em 2010: 414% nos 31 anos entre essas datas. Porém, no passar das décadas o número oscilou: Entre 1990 e 2003 o crescimento foi em ritmo acelerado, mas regular, 7,3% ao ano. Depois do pico de 39,3 mil mortes em 2003, os números caíram para aproximadamente 36 mil, mas após 2008 permanecem em torno do número atual de 39 mil mortes por ano. Ressalta-se que no ano de 2004 foram criados o Estatuto e a Campanha pelo Desarmamento, políticas sociais voltadas para a questão da violência e criminalidade no país.

De acordo com o Mapa, em um primeiro momento constata-se que foram mortas no Brasil, no ano de 2010, 38.892 (trinta e oito mil, oitocentos e noventa e duas) pessoas com uso de arma de fogo, quantidade superior a registrada no ano 2000, quando foram registradas 34.958 mortes. Na década pesquisada houve um aumento percentual nas mortes por arma de fogo de 11,25%, considerando-se acidentes, suicídios, homicídios e outras causas indeterminadas. No mesmo período, de acordo com os dados disponíveis junto ao IBGE, a população brasileira sofreu um incremento de 12,33%, portanto, ao se levar em conta a margem de erro inerente à pesquisa populacional estatística os números se equivalem, inicialmente questionando as políticas sociais voltadas ao desarmamento civil no país.

A principal causa das mortes por AF no país, como demonstra o mapeamento, são os homicídios. No início da década de 1980 representavam 75% dos óbitos, passa por um período de crescimento vertiginoso de 1992 a 1997 e, desde lá, ainda crescendo, porém em ritmo desacelerado, atinge quase a totalidade das mortes – 94,6%, índice constatado no ano de 2010. Constata-se, assim, que desde 1980 os índices de homicídios só crescem no país com tendência à estagnação, além do fato das AF serem os instrumentos letais nesse tipo de morte.

Segundo a tabela 3.1, publicada no estudo, a única região que evidencia quedas nos números de óbito por armas de fogo é a Sudeste – expressiva diminuição de 39,7%. Esse processo é fundamentalmente guiado pela cidade de São Paulo, que entre 2000 e 2010 demonstrou números que representam 1/3 do que apresentava no início da década. Neste período, evidencia-se também a heterogeneidade da situação de evolução das mortes por AF no país. Na região Norte há um aumento de 195,2%, guiado pelo estado do Pará; no Nordeste também se verifica um elevado crescimento, com destaque para estado do Maranhão com índice de 344,6% nessa mesma década. A região Centro-Oeste manteve seus números estagnados nesse período, com baixo crescimento, diferente da região Sul que apresenta um crescimento moderado perto do resto do país, com índices guiados pelo estado do Paraná (112,7%), tem sua taxa próximo aos 50%.

As taxas e índices verificados nas Unidades Federativas são acompanhadas pelos números das capitais. De acordo com o censo de 2010, as capitais brasileiras contam com 45,5 milhões de habitantes, o que representa 23,8% da população total do país. O número de vítimas por AF nessas capitais, também em 2010, foi de 13.529, representando 34,8% do total nacional de óbitos pela referida causa. O descompasso entre esses percentuais pode ser observado também no crescimento das taxas. Se nas UF entre 2000 e 2010 houve uma queda de 1%, nas capitais essa queda foi bem maior: 14,6%. Na análise pode-se observar que, enquanto algumas capitais triplicam suas taxas nesse período – capitais nordestinas como São Luís e João Pessoa – outras tem suas taxas fortemente reduzidas, como as capitais do sudeste Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao analisar as taxas e índices relativos aos municípios as oscilações se mostraram constantes, principalmente nos de menor porte. Para isso, optou-se por verificar apenas os 1.651 municípios com mais de 20 mil habitantes, que apesar de representarem apenas 29,7% do total de 5.565 cidades existentes no

país no ano de 2010 concentravam 82,9% da população e 93,5% dos óbitos por AF. A análise por município evidencia a existência de diferentes e novas configurações de focos de violência, além dos já tradicionais – centrados nas capitais e regiões metropolitanas. Durante a década de 1990, o processo de desconcentração econômica nas capitais culminou em novos pólos de crescimento no interior, que somados à falta de aparelhos do Estado e Segurança Pública nessas regiões se mostraram como fortes atrativos à criminalidade; Municípios de fronteira, que atuam como meios de entrada e saída do país para a criminalidade ligada ao tráfico de drogas, armas, contrabando e pirataria; Municípios do arco da Amazônia, que permeiam madeiras ilegais, grilagem de terra, trabalho escravo e conflitos com indígenas, além daqueles em que se estabelecem o turismo predatório, localizados principalmente em área marítima; e por fim aqueles de violência tradicional que existem ao longo do tempo, como a região do polígono da maconha. Segundo o estudo, cada uma dessas configurações apresentam modos variados e específicos de produção de violência armada e demandam, por conseguinte, políticas diferenciadas de enfrentamento.

Em seguida, apesar da escassez de dados o estudo se predispõe a caracterizar o perfil das vítimas mortais por AF. Além dos dados já apresentados em relação à idade, delinea-se também a cor da pele/raça e o sexo dessas pessoas. A vitimização do sexo masculino é extremamente elevada nas mortes por arma de fogo: 93,9%, sendo que há pouca variação de tal tendência entre as causas das mortes registradas pelo SIM. Outra característica que esses registros permitem verificar é a raça/cor das vítimas, como se verifica na tabela 6.4, as taxas de homicídio da população preta -19,7 óbitos para cada 100 mil pretos— são 88,4% maiores que as taxas brancas—10,5 óbitos para cada 100 mil brancos. Isto é, morrem, proporcionalmente, 88,4% mais pretos que brancos. Já as taxas de óbitos por AF dos pardos são 156,3% maiores que a dos brancos. O

Paraná representa o outro extremo: a taxa de óbitos negros equivale à metade da de brancos. Isto é, em tal estado, morrem proporcionalmente 47% mais brancos que negros.

Para explicar e melhor relacionar o dado inicialmente apresentado – 800 mil mortes no período entre 1980 e 2010 –, o mapeamento se dispõem a comparar os números internacionais de mortes por AF além de suas relações com conflitos armados ao redor do mundo. No Brasil, em movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos morreram mais pessoas (192.804) vítimas de homicídio que nos 12 maiores conflitos armados no mundo. “Mais ainda, o número de homicídios se encontra bem perto das mortes no total dos 62 conflitos armados registrados no Relatório sobre o Peso Mundial da Violência Armada. Tomando como base fontes consideradas altamente confiáveis, o Relatório constrói o quadro de mortes diretas em um total de 62 conflitos armados no mundo, registrados entre 2004 e 2007”. (Mapa da Violência. 2013; pp. 42. Versão digital). Destaca-se no estudo que países com a mesma dimensão territorial do Brasil apresentam taxas e índices muito menores e não elevados, o que não permite atribuir os níveis brasileiros ao seu tamanho.

Apesar de armas de fogo ser fonte de acima de 70% dos homicídios no país, as discussões sobre o tema de seu controle, sua limitação e o desarmamento da população fatalmente culminam em duas posturas antagônicas, segundo as considerações finais do mapeamento. De um lado, o uso de armas de fogo pela população, diante das deficiências do aparelho de segurança pública, estimularia o crime, uma vez que a autodefesa armada aumenta os riscos e os custos para a criminalidade. De outro, as armas de fogo em mãos da população aumentaria o risco de qualquer conflito ou disputa terminar em assassinato.